

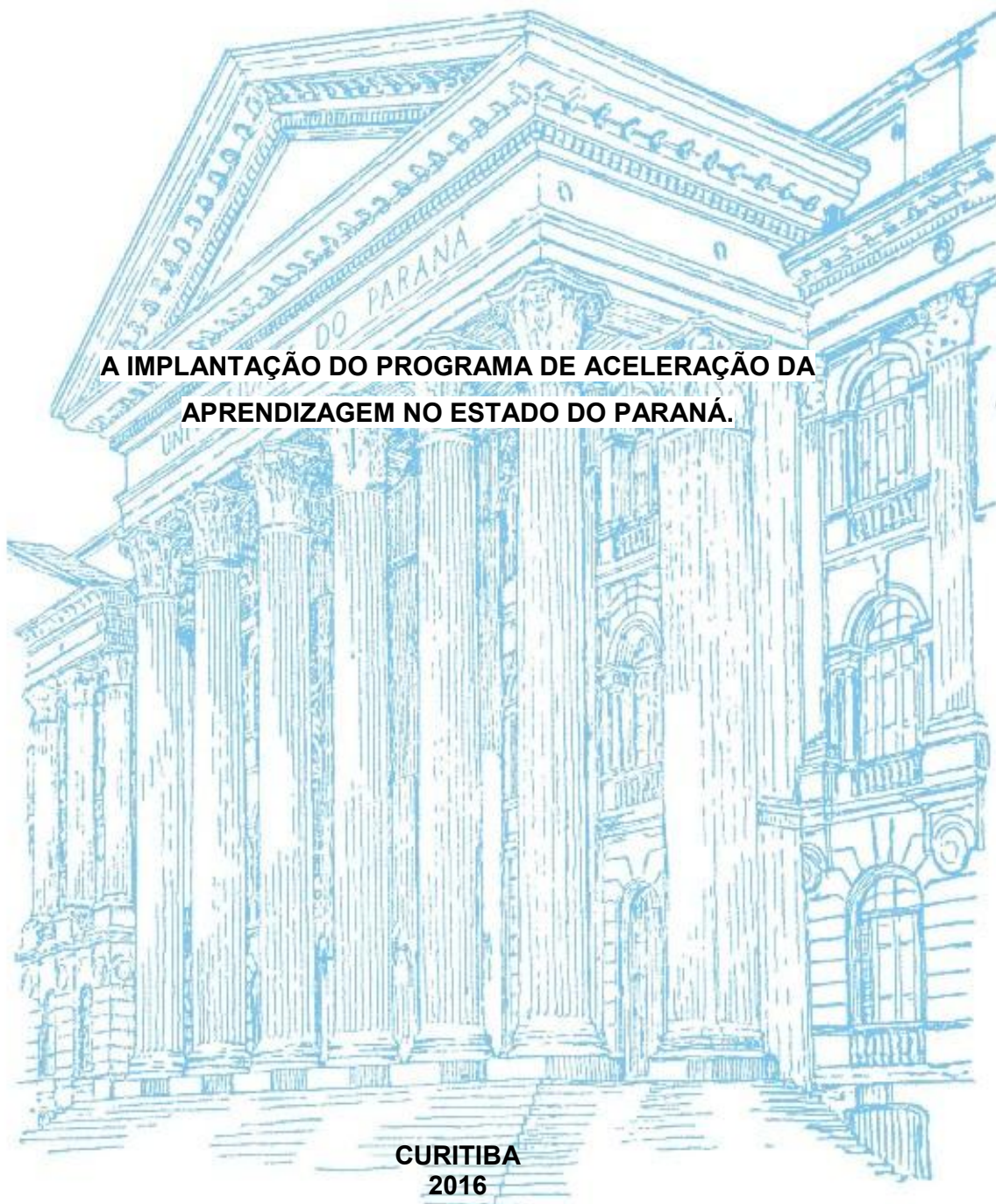
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

EDVANE BATISTA ANDRICH

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NO ESTADO DO PARANÁ.**

**CURITIBA
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

EDVANE BATISTA ANDRICH

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NO ESTADO DO PARANÁ.**

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso
de Especialização em Coordenação
Pedagógica, Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Jokasta Ferraz.

CURITIBA
2016

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ESTADO DO PARANÁ.

*EDVANE BATISTA ANDRICH

RESUMO

O presente artigo é resultado final de estudo desenvolvido no curso de Pós Graduação nível de Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Paraná, com a finalidade de conhecer e analisar a implantação e implementação do Programa de Aceleração da Aprendizagem (PAE) pela Secretaria Estadual de Educação nas escolas públicas do Estado do Paraná. Para estudo do problema, elegeu-se como metodologia um levantamento bibliográfico em documentos legais e oficiais onde foi possível conhecer a implantação e a organização das classes de Aceleração nas escolas paranaense. As classes de Aceleração surgiram com o objetivo de acabar com a repetência e evasão escolar, assim, com este programa foi possível acelerar a educação de alunos multirepetentes. No estado do Paraná, o Programa de surgiu primeiramente como nome de Projeto Adequação Idade Série- Correção de Fluxo e foi desenvolvido de 1997 a 2002. Após estudos foi possível perceber resultado e observações sobre a gestão da implementação de políticas públicas e lições preliminares aprendidas.

Palavras-chave: Aceleração - Aprendizagem – Reprovação

*Artigo produzido pela aluna Edvane Batista Andrich do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Jokasta Ferraz. E-mail: edvane2006@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Considerando que as múltiplas reprovações dos alunos e a distorção idade- série nos anos finais do ensino fundamental cria nos alunos situações de desmotivação, descrédito no seu poder de aprender, e por fim causa elevação dos índices de reprovação do país alguns estados brasileiros adotaram o programa de aceleração da aprendizagem tentando corrigir a lacuna de distorção idade-série existente no ensino público.

De acordo com Moreira(2014)¹,

A proposta das classes de aceleração de maneira geral, visa diminuir a defasagem idade-série, corrigindo o fluxo escolar ao readaptar alunos com dois anos ou mais de repetência no ensino regular. Tais alunos, em função dessas múltiplas reprovações, veem-se desgarrados de seu grupo ou classe e reunidos a crianças bem mais jovens, com interesses bem diferentes dos seus, o que dificulta a organização escolar.

Sendo assim, o objeto do estudo deste artigo é **conhecer** a implantação do Programa Correção de Fluxo ou Classes de Aceleração nas escolas públicas do Estado do Paraná.

O programa denominado Aceleração da Aprendizagem foi concebido como uma experiência educacional alternativa para aqueles alunos que apresentassem atraso escolar de dois ou mais anos. O programa propunha oferecer-lhes uma oportunidade de adquirir experiências de aprendizagem significativa e superar a discrepância da idade-série em sua escolaridade..

Este artigo é composto por três partes, a revisão de literatura é a primeira, onde são apresentadas algumas reflexões sobre a implantação do programas nas escolas Paranaense, estudo dos documentos legais e oficiais que amparam o Programa de Aceleração de Aprendizagem. A segunda parte é a apresentação dos dados onde conta os componentes do programa de aceleração durante sua implantação e o seu funcionamento. Por ultimo as considerações finais apresentando algumas observações e perspectivas para pesquisas futuras que podem ser eficaz na implementação dessa modalidade

¹Disponível em <http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>

de programa, de modo a contribuir para a formulação de políticas educacionais e sociais mais efetivas e de melhores programas educacionais.

1. REVISÃO DE LITERATURA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394/96 prevê no Art.24, Inciso V, alínea b, “a possibilidade de aceleração de estudos para o aluno em atraso escolar”.

Durante o Governo de Jaime Lerner, no ano de 1997, no Estado do Paraná, iniciou-se um programa que tinha como denominação PAIS-CF (Programa Adequação Idade-Série Correção de Fluxo). Este programa foi pioneiro no Brasil, com a proposta governamental de solucionar os problemas de retenção e evasão dos alunos de 5ª à 8ª séries da escola pública paranaense.

O “Projeto Adequação Idade-Série” conhecido também como “Correção de Fluxo” surgiu com o a pretensão de corrigir um dos problemas da educação paranaense, ou seja, colocar o aluno na série correspondente a sua idade, diminuindo o índice de “reprovação, evasão e recuperando a vontade de aprender do adolescente” (FREGONEZE, BERBEL, 1998, p.1)

O Projeto Adequação Idade-Série, conforme Lucke (2007) deixou claro, o programa foi planejado para um período de três anos (1996-1998). No entanto, ao final de 1996, foi ampliada por considerar-se que ainda muito a ser feito em todas as escolas estaduais do estado do Paraná com o objetivo de corrigir a defasagem de idade-série dos alunos paranaenses.

A proposta inicial era de atacar o problema em três anos- um ano de preparação e dois de implementação. Porém, ao serem encontradas dificuldades iniciais em sua implementação, decidiu-se pela extensão por mais tempo até o início do ano de 2001 (LUCKE,2007,p.14).

Essa proposta surge em um momento em que o governo do Paraná perseguia os altos índices de aprovação com vistas ao reconhecimento da sociedade paranaense, a avaliação do Governo Federal e Banco Mundial visando favorecimento a receita financeira.

De acordo com Lucke (2007, p.11)

O estado foi escolhido por três razões: i) foi um dos quatro estudos de caso realizados no âmbito da pesquisa principal do Ipea; ii) foi um dos estados onde o secretário de Educação demonstrou grande interesse pelo programa; iii) foi uma das Unidades da Federação que deu uma cobertura ampla ao problema;

O Secretário de Educação respondeu prontamente o propósito do Programa para corrigir a distorção idade-série.

Segundo Lucke (2007, p.13)

Esta visão política e a determinação por parte da autoridade máxima da educação no estado tiveram um importante papel para a garantia da governabilidade e da credibilidade crescente do projeto, de modo que o mesmo fosse planejado e implantado mediante trabalho cooperativo entre os mais diversos segmentos da secretaria.

E ao Chefe do Departamento de Educação da Secretaria Estadual de Educação foi atribuída à responsabilidade pela implementação do Programa. Em, 1997, as escolas foram convidadas a tomar a decisão sobre a oferta do programa para a aceleração da aprendizagem tendo alguns documentos oficiais emitidos pela Secretaria do Estado da Educação do Paraná como o seu norteador que autorizava e regulamentava a sua criação.

A Deliberação nº 001/96 Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná,

que autoriza a criação pela SEED, do Programa de Adequação Idade Série: Correção de Fluxo; b) a Resolução n.º. 1553/97/SEED, de 24/4/97, que cria o PAI-S: Correção de Fluxo na Rede Pública Estadual de Ensino de 1º Grau [...](Instrução 05/97:1). Resolução n.º. 114/99 temos a notícia que poderia ter início na 1ª série: O PAI-S: Correção de Fluxo, destina-se, exclusivamente, aos alunos efetivamente matriculados no Ensino de 1º Grau Regular da rede pública estadual, em defasagem idade-série de, 02 (dois) anos em relação à série em que estão matriculados, a partir da 1ª série até a 3ª e da 5ª série até a 7ª série do 1º Grau, observando-se a idade legal de 07 (sete) anos para a 1ª série. A idade para inclusão do aluno no PAI-S: correção de Fluxo, é a seguinte: 09 anos para as turmas de 1ª série; 10 anos para as turmas de 2ª série; 11 anos para as turmas de 3ª série; 13 anos para as turmas de 5ª série, 14 anos para as turmas de 6ª série, 15 anos para as turmas de 7ª série(Resolução N.º 114/99, Curitiba, p.1.).

A Instrução N.º 05/97 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, aplica procedimentos a serem adotados pelos estabelecimentos de Ensino no PAI-S: Correção de Fluxo quanto à avaliação final e encaminhamento dos alunos esclarece a criação do Programa.

A Deliberação nº 007/99 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, estabelece normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do Sistema Estadual de Ensino em nível Fundamental e Médio.

A Indicação nº 0001/99 Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, estabelece normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do Sistema Estadual de Ensino em nível Fundamental e Médio.

Os critérios de adesão ao Programa de Aceleração, acontecerá da seguinte forma de acordo com a Instrução nº014/2014 – SEED/SUED - Estadual de Educação do Estado do Paraná.

- a- A escola deve, preferencialmente, fazer parte das escolas atendidas pelo Plano de Ações Descentralizadas (PAD);
- b- A participação das instituições de ensino ao Programa de Aceleração de Estudos será por adesão.

Após campanha e encontros regionais para obter maiores e mais informações, o programa somente foi implantado em escolas que aderiram a ele voluntariamente, mediante o entendimento de sua importância, mostrando que apresentavam adequados e suficientes recursos humanos e pedagógicos, espaço e infra-estrutura administrativa, além do compromisso com um desafio especial e com o sucesso do programa. (LUCKE e PARENTE, 2007,p.15).

No ano de 2015, foram elaborados outros documentos emitidos pela Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação para regulamentar o Programa de Aceleração de Estudos (PAE). Convidando novamente as escolas interessadas e aderir ao Programa tendo em vista corrigir a distorção idade-série dos alunos matriculados no ensino fundamental anos finais (6º ano a 9º ano).

Sendo assim, o Parecer Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação nº19/15 e aprovado em 20/11/2015 autoriza o Programa de aceleração de estudos (PAE) por cinco anos, a partir do ano de 2016.

O presente feito versa sobre o pedido de autorização para funcionamento do Programa de Aceleração de Estudos – PAE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contando, segundo se requer, a partir do ano

de 2016. Solicita, ainda a convalidação dos atos escolares referentes ao ano de 2015, uma vez que teve seu início neste ano, além de consultar este CEE acerca da questão da avaliação, invocando a possibilidade da reclassificação dos alunos já matriculados no Programa. (Parecer Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação nº19/15).

O Programa visa buscar a correção da distorção idade/série nos anos finais do Ensino Fundamental, assim como diversificar os encaminhamentos metodológicos, garantindo o processo de ensino e aprendizagem das turmas de aceleração de estudos.

O Programa de Aceleração de Estudos (PAE) foi orientado pela Instrução nº014/2014 – SEED/SUED (Estadual de Educação do Estado do Paraná), que orienta os procedimentos para o trabalho com a distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, no âmbito da rede Pública Estadual de Ensino, por meio do programa da Aceleração.

De acordo com a instrução nº014/2014 – SEED/SUED o Programa de Aceleração tem por objetivo “corrigir a distorção idade-série dos alunos da rede Pública Estadual de Ensino do Paraná, bem como garantir a qualidade no processo de ensino-aprendizagem das turmas de aceleração de estudos”.

A classe de aceleração deverá estar organizada de acordo com a Instrução nº014/2014 – SEED/SUED -Estadual de Educação do Estado do Paraná, da seguinte forma:

Seguir rigorosamente o planejamento e matrículas estabelecidos pela SEED/SUDE/DIPLAN;

- a- As turmas serão organizadas em dois níveis, sendo o nível I para atender alunos matriculados no 6º ano e o nível II para atender alunos matriculados no 8º ano do Ensino Fundamental;
- b- Serão considerados alunos com defasagem idade/ano aqueles que tenham ultrapassado em dois anos ou mais, a idade regular prevista para o ano em que estão matriculados;
- c- As turmas de aceleração deverão ser compostas pelo número mínimo de 15 e pelo máximo de 20 alunos;
- d- As instituições de ensino com apenas uma turma, onde todos os alunos apresentam distorção idade/ano, poderão ter o número de matrículas menor do que o estabelecido pela presente instrução;
- e- A participação do aluno deverá ser por adesão, com assinatura do termo de compromisso dos responsáveis, e quando maiores de 18 anos pelo próprio aluno;
- f- Se houver um número de alunos superior ao máximo permitido no item 2.4, caberá a escola selecionar os alunos dando preferência para os de maior idade.
- g- É vedada a formação de turmas multisseriadas;
- h- Não haverá alteração na Matriz Curricular de 25 horas-aulas semanais, conforme Instrução Normativa nº20/2012 SEED/SUED;

i- Os alunos das turmas de aceleração terão prioridade na participação de atividades de ampliação de jornada escolar, já ofertadas pela escola. (Instrução nº014/2014 – SEED/SUED - Estadual de Educação do Estado do Paraná).

O Parecer Pleno do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná nº19/15 justifica, a implantação do Programa de Aceleração de Estudos quando cita que “no estado do Paraná, temos um total de 577.742 matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental. Deste total apenas 79,6% dos alunos se encontram em idade apropriada para o ano que estão cursando, o que apresenta 460.125 estudantes. O restante 116.617 alunos estão em situação de distorção idade/ano, ou seja, 20,4% ultrapassaram em dois anos ou mais, a idade regular prevista para o ano em que estão matriculados”.

Segundo justifica a SEED, o Programa visa buscar a correção da distorção idade/ano, nos anos finais do Ensino Fundamental, assim como diversificar os encaminhamentos metodológicos, garantindo o processo de ensino e aprendizagem das turmas de aceleração de estudos. Nesse sentido aquela Secretaria expediu a Instrução nº 014/2014 - SEED/SUED, estabelecendo normativa para a execução do Programa, com vigência para a Rede Pública Estadual de Ensino, tendo como público-alvo os estudantes com defasagem idade/ano que ultrapassaram em dois anos ou mais a idade regular prevista para o ano em que estão matriculados (Parecer Pleno do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná nº19/15).

A Resolução nº 1172/2015 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO de 25 de maio de 2015 publicada no [Diário Oficial nº. 9675](#) de 12 de Abril de 2016 autoriza, o funcionamento do Programa de Aceleração de Estudos – PAE.

A Resolução diz que

“A SUPERINTENDENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Estadual nº 1473/2015, de 22 de maio de 2015 e considerando: a LDB nº 9394/1996, as Deliberações nº 07/1999, 09/2001, 03/2013 e o Parecer nº 19/2015 - CP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, RESOLVE:

Art. 1 Autorizar o funcionamento do Programa de Aceleração de Estudos – PAE, nas instituições da Rede Pública Estadual de Ensino.

§ 1º A finalidade do Programa citado no caput do art. 1º é proceder à adequação idade/ano do 6º e 8º anos do Ensino Fundamental (anos finais).

§ 2º A autorização concedida é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2015 a 31/12/2019.

§ 3º O ingresso no Programa citado no caput do artigo é destinado aos alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), nas instituições de ensino da rede estadual e que estão em defasagem idade/ano, com distorção de no mínimo 02 (dois) anos acima da idade recomendada para o ano em que estão matriculados.

§ 4º Ao final de cada ano letivo, a Secretaria de Estado da Educação encaminhará relatório de acompanhamento e avaliação do Programa citado no caput do art. 1º ao Conselho Estadual de Educação.

§ 5º Após a conclusão do Programa de Aceleração de Estudos – PAE será encaminhado, no prazo de 60 (sessenta) dias, ao Conselho Estadual de Educação, relatório final de avaliação.

Art. 2 Ficam revogadas as disposições em contrário” (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Resolução nº 1172/2015).

2. AS CLASSES DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ESTADO DO PARANÁ

O estado do Paraná atualmente conta com aproximadamente 11 milhões de habitantes. Segundo Lucke (2007), estudos identificaram que em 1995, 37,37% dos alunos estavam fora da idade adequada. No ano de 1997, as escolas do Paraná foram convidadas a aderir a oferta de classes especiais de aceleração de aprendizagem, com o objetivo de proporcionar aos alunos em atrasos escolar e multirepetentes a avançar série compatível com sua idade.

No estado do Paraná o programa teve como slogan “Projeto de Correção de Fluxo: Aluno e escola recuperando o tempo perdido”. De acordo com Lucke (2007), o programa foi inicialmente planejado para um período de três anos (1996- 1998) porém, foi ampliado até início de 2001 por ser considerado que havia muito a ser feito para combater o fracasso escolar.

A proposta inicial era de atacar o problema em três anos – um ano de preparação e dois de implementação. Porém, ao serem encontradas dificuldades iniciais em sua implementação, decidiu-se pela sua extensão por mais tempo (LUCKE, 2007,p.14).

O ano 1996 foi denominado a fase preparatória do programa. Destacamos a seguir as seis fases preparatórias do programa.

a) *Diagnóstico e organização* – O Departamento de Ensino Fundamental organizou uma equipe para traçar os conceitos básicos do programa, de modo a ter uma perspectiva clara da dimensão e extensão das experiências de correção da distorção idade-série.

b) *Definição de base legal* – Uma proposta para a tomada de medidas dirigidas ao problema foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação para aprovação de uma lei estadual reguladora do programa a ser implantado nas escolas.

c) *Disseminação da idéia* – Foi lançada uma campanha pela Secretaria de Estado da Educação para dar conhecimento do programa à população, usando a mídia comercial e da educação. O objetivo era dar conhecimento a toda a sociedade.

d) *Contratação de consultores para produzir materiais pedagógicos a serem usados no programa.*

e) *Produção e impressão de materiais pedagógicos especiais* – Materiais foram preparados e os respectivos contratos foram licitados para a sua impressão.

f) *Preparação para a coordenação regional do programa* – Representantes dos núcleos regionais da Secretaria de Educação, recomendados por seus dirigentes para atuarem como coordenadores regionais do programa, participaram de duas oficinas iniciais onde foram informados sobre a natureza, conceitos e metodologia do programa, assim como das tarefas que deveriam desempenhar em suas regiões. As oficinas foram conduzidas pela dirigente do Departamento de Ensino Fundamental da secretaria e sua equipe técnica (LUCKE, 2007,p.15)

Após este primeiro ano, o programa foi introduzido nas escolas no início de 1997. Algumas medidas foram tomadas durante sua implementação, visando assegurar bons resultados e a qualidade do trabalho.

a) *Identificação das escolas interessadas na implementação do programa* – Após ampla campanha, as principais escolas participaram de encontros regionais para obter maiores e mais detalhadas informações e discutir suas percepções sobre o programa e, assim, clarificar incertezas e buscar mais informações. O programa somente foi implantado em escolas que aderiram a ele voluntariamente, mediante o entendimento de sua importância.

b) *Capacitação dos profissionais envolvidos no programa* – Essa capacitação foi realizada de forma continuada, durante todo o período em que o programa esteve em andamento. Entretanto, foi mais intensiva nos dois primeiros anos da sua implementação (1997-1998). Nesse período foi capacitada a maioria dos diretores, supervisores escolares e professores.

c) *Supervisão e acompanhamento, coordenação, liderança e feedback no desenvolvimento do programa pelas escolas* – Em função do ritmo diferente de cada escola, este esforço demandou um envolvimento e monitoramento direto nas escolas pelas coordenações regionais.

d) *Acompanhamento, gestão e coordenação contínua da Secretaria de Educação* – O secretário de Educação esteve constantemente envolvido na tomada de decisão, promovendo ações de apoio e ajuda às escolas em suas novas atividades (LUCKE, 2007,p.16)

2.1. Componentes do programa de aceleração

De acordo com Lucke (2007, p.16) o programa inicialmente constitui-se com um conjunto de medidas com o objetivo de colocar a vida escolar dos alunos em dia.

Em busca do sucesso da aprendizagem de alunos com histórico de reprovação e baixa auto-estima, foi necessário focalizar o ensino e a

aprendizagem nas necessidades dos alunos em aprender de maneira fácil, interessante e centrada nas experiências positivas de aprendizagens.

Lucke aponta que as escolas e professores deveriam seguir as seguintes referências pedagógicas:

- a) *Os alunos eram o foco principal do processo de aprendizagem, e não o contexto* – Eles deveriam ser inseridos no processo de aprendizagem como pessoas capazes de aprender.
- b) *A motivação e auto-estima dos alunos em relação à aprendizagem são um importante aspecto do processo de aprendizagem.*
- c) *O valor da aprendizagem ocorre quando seu conteúdo está associado à realidade por meio de questionamento sobre o seu significado* – O papel do processo de aprendizagem é conhecer e entender a realidade por intermédio dos conteúdos.
- d) *Como a realidade é global, é necessária uma articulação interdisciplinar dos conteúdos, baseada no questionamento e relacionamento* – Uma simples lição deveria combinar aprendizagem e construção do conhecimento com ferramentas de linguagem, matemática, história, geografia e outros temas, de forma a superar a fragmentação artificial e integrar o processo de construção do conhecimento.
- e) *Conhecimentos e habilidades são desenvolvidos por meio da ação e interação* – É necessário um método pedagógico dinâmico e interativo de orientação das atividades de aprendizagem.
- f) *Uma variedade de processos cognitivos está envolvida neste processo de aprendizagem* – O principal aspecto do processo é aprender fazendo, sendo os alunos e professores associados atores do processo cognitivo de observação, interpretação, análise e construção do entendimento e conhecimento, por meio de uma abordagem construtiva (LUCKE, 2007,p.17).

A capacitação dos profissionais da Educação foi liderado pela Secretaria Estadual de Educação. Representou um esforço contínuo e foi desenvolvido em duas fases: “capacitação previa ao engajamento no programa e capacitação continuada em serviço” (Lucke, 2007, p.18). A formação dos multiplicadores foi conduzida por especialistas e autores dos materiais pedagógicos.

De acordo com Lucke (2007, p.18) as capacitações consistiam em seminários e oficinas de 24 horas cada, continuamente promovidas de modo a cuidar dos desdobramentos das ações do programa, do esclarecimento de dúvidas e de algum mal entendimento sobre seus processos de implementação.

Cabe destacar que, devido à grande quantidade de docentes existente no Sistema Estadual de Ensino, a Secretaria de Educação continuamente promove cursos de capacitação para seus profissionais, adotando a estratégia de formação/capacitação de

multiplicadores dos seus colegas, e estes, por sua vez, para os educadores de alunos. Entretanto, no passado, este tipo de capacitação não foi eficaz e foi muito criticado por não considerar as necessidades e habilidades dos professores para atuarem como multiplicadores. Tal situação resultava do fato de as capacitações serem focadas mais nos conteúdos do que no trabalho pedagógico necessário para sua aprendizagem. (Lucke, 2007,p.18).

A capacitação dos professores, diretores e supervisores foram conduzidas por profissionais da primeira etapa seguindo as mesmas estratégias de formação.

De acordo com Lucke (2007, p.20) a supervisão escolar foi também considerada positiva e um importante fator explicativo da qualidade do programa, porque, diferentemente das condutas adotadas usualmente, ela foi exercida como uma forma de ajuda ao trabalho docente, e não como instrumento formal de controle.

O material pedagógico para alunos e professores, foi especialmente produzido para o projeto, através de convênio com Cenpec/ SP.

O material foi organizado em portfólio de aprendizagem do aluno onde é possível valorizar a produção individual do aluno acompanhar e identificar a sua evolução.

O material utilizado, conforme aqui descrito, foi considerado unanimemente pelos informantes desta pesquisa como de excelente qualidade e um importante fator capaz de levar o programa a alcançar bons resultados, por oferecer os elementos exigidos para motivar os alunos a se engajarem nas atividades de aprendizagem. Professores e alunos gostavam do material por sua capacidade de envolver os alunos em atividades interessantes e mobilizadoras. Os professores apreciavam o material também em função do seu caráter de promoção da aprendizagem a partir de problematização e resolução de problemas relacionados com a realidade e vivência dos alunos. (Lucke, 2007,p.21).

O recrutamento de professores foi baseado em primeiro lugar no interesse em participar do programa. No entanto alguns pré- requisitos foram incluídos

o real interesse em aceitar o desafio especial de trabalhar com alunos que apresentavam histórias de fracassos em processos de aprendizagem;
o comprometimento dos professores em estudar e se engajar em diferentes abordagens de ensino;seus desejos em participar em um processo de formação continuada; e participação em encontros

quinzenais para discutir o suporte das atividades e conteúdos na realidade, assim como o nível de aprendizagem dos alunos . (LUCKE, 2007,p.23)

Cabe mencionar ainda que

o programa oferecia pagamento extra como um incentivo para os professores trocarem seu trabalho em suas classes regulares por trabalho em classes de aceleração de aprendizagem. Os professores envolvidos ganhavam um pagamento extra de cinco horas extras por semana para cobrir o tempo necessário para o planejamento de aulas, redigir textos e participar dos encontros (LUCKE, 2007,p.23).

2.2 Resultados positivos e negativos do programa de aceleração de aprendizagem

De acordo com os dados apresentados pela SEED-PR e discutidos por Lucke (2007, p. 25) sobre os estudantes matriculados nas classes de aceleração de aprendizagem, no final do ano escolar, de 1997 á 2000 podemos perceber que dos 108.693 alunos matriculados nas classes de aceleração nos anos de 1997-1998, 67.548 alunos (62%) foram promovidos para a 8ª série. Foram promovidos para a próxima série 7.396 alunos (7%). Os alunos apresentaram bom desempenho escolar (76%), “significando que eles haviam adquirido suficiente conhecimento para serem promovidos para séries mais avançadas, conforme medido por testes regulares aplicados em sala de aula por seus professores”(LUCKE, p.24 2007).

Pode-se observar que (17%) ou seja 18.142 alunos matriculados desistiram do programa por algum motivo e 1559 alunos (1%) permaneceram na mesma série e outros 6.123 alunos (6%) foram transferidos para outra escola.

No ano de 1998-1999, foram matriculados nas classes de aceleração 174.678 alunos, destes 62.554 (36,7%) concluíram a 8ª série, 44.410 alunos (26%) foram promovidos para a 8ª série. Foram promovidos para a próxima série 9.703 alunos (5,4%). O total de alunos que apresentaram bom desempenho escolar foi de (68%). Lucke (2007 p.24) aponta que o “resultado caiu para 68%, apesar de uma grande população de 116.250 alunos ter sido promovida”.

Desistiram do programa 33.208 alunos (19%), 4.736 alunos (2,7%) permaneceram na mesma série e outros 17.428 alunos (10%) foram transferidos para outra escola.

De acordo com Lucke,

No ano de 1999, a taxa de bons resultados caiu novamente, tanto no primeiro como no segundo segmento do ensino fundamental, e o número de alunos atendidos foi significativamente menor em vista das dificuldades de aprendizagem dos alunos que repetiam e abandonavam a experiência escolar devido a uma baixa motivação, a uma baixa auto-imagem, insuficiente estímulo em casa e freqüente inabilidade da escola em ajudá-los a superar estas dificuldades, pode-se entender que os resultados revelam um quadro positivo. (LUCKE, p.24 2007).

O número de alunos matriculados diminuiu 60.886 e 21.099 (35,1%) concluíram a 8ª série. Foram promovidos para a 8ª série 10.634 alunos (17,7%). Foram promovidos para a próxima série 5.220 alunos (8,7%). O total de alunos que apresentaram bom desempenho escolar foi de (61,5%). Lucke (2007 p.24) aponta que o “resultado caiu para 68%, apesar de uma grande população de 116.250 alunos ter sido promovida”.

Desistiram do programa 1.021 alunos (19,7%), 3.802 alunos (6,2%) permaneceram na mesma série e outros 7.554 alunos (12,5%) foram transferidos para outra escola.

De acordo com Lucke

No terceiro ano, o número caiu significativamente (65,2%), embora 32% dos alunos que não foram bem-sucedidos no ano anterior ainda demandassem estas classes, e as classes regulares continuassem produzindo novos casos de defasagem devido ao problema da reprovação. No ano 2000, o novo secretário de Educação decidiu que o programa não era uma prioridade. Entretanto, algumas escolas decidiram manter essas classes. Elas reuniam os alunos com atraso de escolaridade e oferecia-lhes um programa denominado *Correção do Fluxo Escolar*, apesar de essas escolas não terem o suporte extra da secretaria em termos de incentivos salariais, capacitação e materiais pedagógicos. (LUCKE, 2007,p.25).

Através de estudos e leituras foi possível identificar as características positivas mais importantes do programa. A adesão voluntária pelos professores e escolas e a capacitação continuada de professores, supervisores pedagógicos e diretores para trabalhar voluntariamente nestas classes de aceleração proporcionaram oportunidade de discutir e aprofundar seus

entendimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem e as reações dos alunos. A previsão de pagamento por trabalho adicionais do professor por semana para planejar e preparar aulas.

A disponibilidade de materiais pedagógicos de boa qualidade para todos os alunos matriculados e professores envolvidos, facilitaram o processo de aprendizagens e contribuíram para o trabalho em sala de aula.

A redução do número de alunos por turma (25 alunos por classe no máximo 30 alunos) foi um facilitador para promover estratégias especiais para acompanhamento e atendimento do aluno na sua aprendizagem.

A abordagem ativa e reflexiva onde permite ao professor ser aberto e dinâmico e ao aluno maior possibilidade para a criatividade e permanecer atento a realidade e o seu papel ativo na aprendizagem.

O programa também enfrentou alguns pontos negativos na sua implementação que diz respeito a obstáculos para o trabalho profissional. Sabe-se que os alunos afetados pela distorção idade-série apresentam comportamento e atitudes um pouco diferentes, e são considerados mais indisciplinados que os alunos que progridem regularmente. Devido ao seu recorrente fracasso na escola, eles são “conhecidos por serem fechados e provocativos, e sofrem de baixa auto-estima e falta de motivação para aprender”.

Lucke (2007,p.28) aponta que apesar dos materiais enfatizarem a necessidade de se prestar atenção para a auto-estima dos alunos e melhorá-la, os diretores e professores fracassaram na realização de uma análise das situações envolvidas ou exemplos de como lidar com elas.

Outro fator percebido foi o *Planejamento inadequado* e organização, devido à pressa na implantação do programa. Os materiais utilizados foram provisórios e xerocopiados, sem desenhos e imagens atrativos para salientar diferentes aspectos dos conteúdos de aprendizagem. Lucke (2007, p.28) destaca que em alguns casos, o programa foi introduzido em escolas depois do início do ano letivo, causando alguns desentendimentos e tumultos em todas as classes.

E por fim as escolas desviaram o foco da população do programa que estava dirigido para fazer avançar a aprendizagem alunos regularmente matriculados nas escolas de ensino fundamental.

De acordo com Lucke

as classes de aceleração de aprendizagem começaram a ser conhecidas por sua pedagogia dinâmica, por seus materiais pedagógicos diferenciados e pela capacitação de professores, as escolas enfrentaram uma forte demanda de novos alunos para se matricularem nas classes de aceleração, mesmo que eles não estivessem qualificados de acordo com os requisitos exigidos. Muitas escolas sucumbiram a esta demanda e, como resultado, descobriram que tinham um elevado número de alunos com atraso escolar. (LUCKE, 2007, p.29).

A partir desta análise qualitativa foi possível realizar uma perspectiva sobre o que funciona e o que não funciona em um programa de aceleração de aprendizagem, a partir do qual algumas lições importantes podem ser aprendidas para que em momentos futuros e em novas implementações dos programas os pontos positivos e negativos sejam analisados a fim de contribuir para uma educação e aprendizagem ativa e promover a igualdade social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção da distorção idade-série dos alunos é uma tarefa urgente do sistema de ensino brasileiro. No Estado do Paraná esta medida surge com a intenção de ajudar os alunos em atraso escolar superarem as suas dificuldades de aprendizagem e melhorar o histórico da sua vida escolar buscando promover cultura de sucesso escolar. Destacando que as salas de aceleração mais do que uma intervenção pedagógica, trata-se de um investimento na educação, buscando capacitar o sistema educacional para gastar mais efetivamente os seus recursos.

Após leituras e pesquisas sobre o tema concluímos que o programa obteve pontos negativos e positivos. Positivos no diz respeito à metodologia especial e uma organização pedagógica planejada para estimular políticas educacionais dirigidas a correção da distorção idade –série. A capacitação ao professor e suporte pedagógico em tempo de serviço foram ações positivas e relevantes a implantação do programa como também a elaboração e utilização dos materiais pedagógicos para serem utilizados em sala de aula.

A proposta de trabalho interdisciplinar será outro elemento relevante ao sucesso do programa. Com a concepção de interdisciplinaridade, estabelecem-se os limites das relações que possam existir entre duas ou mais disciplinas escolares, tendo como ponto de partida as discussões dos conteúdos

específicos atrelados aos básicos e estes aos estruturantes e estes ao objeto de estudo da disciplina em foco, expandindo as relações e buscando conceitos de outras disciplinas que permitam um olhar mais complexo desse objeto na integração com os demais.

A capacitação do professor para atender este programa e a “clientela” de alunos é outro fator relevante de caráter negativo visto que no exercício da sua docência é importante que o professor tenha condições de dominar o processo de ensino e metodologia significativa para a aprendizagem, como também tenha suporte e orientação para intermediar e administrar conflitos que possa surgir na rotina da sala de aula. Segundo estudos e leituras os alunos matriculados nas classes de aceleração quase sempre possuem histórico de indisciplina e segundo autores após algum tempo os alunos demonstraram indiferença as aulas e voltaram a práticas de indisciplina em sala de aula. Sabemos o quanto é difícil fazer com que os alunos multirepetentes arrisquem para aprender, porque eles geralmente, não conseguiram aprender o que deveriam no tempo certo. Todo professor que já trabalhou com alunos multirepetentes sabe que o primeiro passo, nesse caso, é criar condições para elevar a sua auto-estima e para que reconheçam e valorizem os saberes que possuem, localizando exatamente o que lhes falta, pois geralmente acreditam que nada sabem. Quando isso ocorre, é preciso criar um contexto que contribua decisivamente para a superação desses sentimentos e atitudes que muitas vezes inviabilizam completamente a aprendizagem – um contexto de afeto real, de colaboração, de solidariedade, de expressão e reconhecimento dos talentos pessoais, de respeito aos saberes de cada um, de aceitação do direito de errar. Os sucessos na aprendizagem escolar, o reconhecimento dos colegas e as novas amizades podem ter um enorme poder de superação nesse caso. Neste sentido futuros programas deveriam ser concebidos a partir de lições aprendidas de programas anteriores buscando superar esta lacuna referente a relação professor, aluno, disciplina, rendimento e sucesso escolar.

A aceleração da aprendizagem foi criada para corrigir a exclusão existente na trajetória regular de escolarização dos alunos que apresentam defasagem em sua escolaridade. Sendo assim, é um instrumento para promover a igualdade entre os alunos no campo da aprendizagem e conhecimento, propondo contribuir para o processo de ensino e aprendizagem

ativa e capaz de promover a inclusão escolar no ensino regular. No entanto, algumas lacunas foram percebidas dificultando e criando alguns obstáculos ao sucesso do programa de aceleração da aprendizagem.

Destacamos que seria importante que futuramente as escolas que decidirem aderir ao programa de aceleração da aprendizagem realizassem um **diagnóstico** aprofundado a respeito dos alunos matriculados no programa de aceleração, como também um levantamento das características destes alunos. Consideramos que através deste diagnóstico será possível conhecer as dimensões econômicas, culturais e a organização social que permeia aquela comunidade. Portanto, o sucesso da aplicabilidade do programa de aceleração de aprendizagem há que considerar as especificidades dos alunos e o contexto da escola.

Para concluir, acreditamos que faz necessário um programa para resolver não somente a distorção idade-série, mas também para eliminar as perdas educacionais construídas historicamente pelo processo de múltiplas reprovações como também pela evasão escolar.

Durante o processo de ensino o professor assume a função de investigar quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos, o porquê dessas dificuldades e os meios para superá-las, pois quando se utiliza a informação adquirida para criar novas situações de intervenção é que a avaliação pode ser considerada um instrumento de aprendizagem. Para o aluno, a aprendizagem deve ter o saber doce do refazer, do recomeçar e não o sabor amargo do fracasso, da constatação do erro. Diante disso, o professor é um degrau para seu aprendiz chegar à sabedoria e o conhecimento deve ser dosado pelo interesse e capacidade da aprendizagem.

A avaliação é fundamental para o aluno, quando ele participa do processo avaliativo, interpretando seu desempenho com relação ao desenvolvimento intelectual, procurando superar suas dificuldades e limites, de forma interativa e integrada com o contexto educacional. Cabe ao professor promover a integração e a conscientização dos alunos para aprendizagens essenciais e a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Sugerimos também, a formulação de políticas educacionais e sociais mais efetivas e melhores programas visando à eliminação da evasão escolar. O importante em um programa de aceleração de aprendizagem seria fazer não que o aluno simplesmente passasse para a série correspondente à sua idade ou séries posteriores, mas sim que se tornasse capaz de adquirir conhecimentos necessários, como também condições para o exercício da sua cidadania promovendo e assegurando a capacidade e a continuidade escolar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CRAHAY, Marcel. **É possível tirar conclusões sobre os efeitos da repetência?** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Cadernos de Pesquisas, v.36, n.127, p.223-246, jan/abr.2006.

EARP, Maria de Lourdes Sá. **A cultura da repetência em escolas cariocas.** Universidade Estácio de Sá, v.17, n.65, p.613-632, out/dez.2009.

FREGONEZE, Gladys B, BERBEL, Neusi A. N. **O projeto de Adequação Idade-Série –Correção de Fluxo: Análise da Proposta e de sua Adequação no Paraná.** Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Didatica_Metodologia_E_Pratica_Na_Educacao_Escolar/Trabalho/05_30_29_.pdf. 1998.

GARBÚGGIO, Jefferson. **A correção de fluxo no Estado do Paraná: História e Resultados (1997- 2002).**Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Aceleração Escolar – Estudos Sobre Educação de Adolescentes e Adultos.** Goiânia: 1976.

LÜCK, Heloísa. PARENTE, Marta. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão nº 1274. **A Aceleração da Aprendizagem para corrigir o fluxo escolar: O caso do Paraná.** Brasília, agosto de 2007.

MOREIRA, Camila. **Distorção idade-série na educação básica, 2014.** Disponível em: <http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação **Plano ABC**, 1995.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação SEED/DEPG. **Programa de Correção de Fluxo (Impulso Inicial).** Curitiba, 1997, p.3.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Instrução N.º 05/97**, Curitiba, 04/11/1997.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Jornal das APMs.** Março de 1997.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Jornal Educação**, dezembro de 1997, p.6.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Resolução N.º 114/99**, Curitiba: 13/01/99.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Deliberação N.º 007/99**, Curitiba, 09/04/1999.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Instrução N.º 014/14**, Curitiba, 08/12/2014.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Parecer CP/CEE N.º 19/15**, Curitiba, 20/11/2015.

REBELO, José. **Efeitos da retenção, segundo os estudos científicos e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão**. Revista Portuguesa de pedagogia, Ano 43-1, Universidade de Coimbra, 2009.

SOUSA, Clarilza Prado. **Limites e possibilidades dos programas de aceleração de aprendizagem**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, nº108, p.81-99, novembro/1999.

